

JOGO RÁPIDO

NÃO É REFORMA
É DESMONTE



JOGUEM VOCÊS A TOALHA. REFORMA ADMINISTRATIVA NÃO!

JOGO RÁPIDO – VOL. 394 | NOV. 2025

56% da população desconhece totalmente ou sabe muito pouco sobre a Reforma Administrativa, segundo pesquisa Atlas Intel + Instituto República

O projeto defendido por Hugo Motta fragiliza o Estado, abre espaço para corrupção, precariza o serviço público e ataca quem trabalha pelo Brasil. É hora de ampliar as mobilizações e pressionar os deputados. A proposta não moderniza: ela corta investimentos sociais e reduz a função do Estado.

Marcha Nacional Unificada dos Serviços Públicos contra a Reforma Administrativa

Ibegeanos e ibegeanas em Brasília contra o desmonte do estado

Servidoras e servidores públicos das três esferas fizeram, no dia 29 de outubro, uma marcha contra a reforma administrativa, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Os ibegeanos se fizeram presentes em peso, 24 núcleos sindicais e mais de 90 participantes, somos contra a PEC mascarada de “reforma”, que ameaça o serviço público, os direitos dos servidores e o próprio papel do Estado brasileiro.

A Marcha Nacional Unificada dos Serviços Públicos contra a Reforma Administrativa foi construída pela ASSIBGE, em articulação com as demais entidades que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). Nossas caravanas saíram de diversos estados e a Executiva Nacional do sindicato esteve presente e articulou do início ao fim nossa participação na luta. Foram cerca de 40 mil servidores de todo o país em Brasília, unidos, para dizer não à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/2025.

Apresentada sob o pretexto de modernizar o serviço público e acabar com privilégios, a PEC 38/2025, nova proposta de Reforma Administrativa, esconde ataques ainda mais duros do que os da PEC 32/2020, derrotada pela mobilização firme das trabalhadoras e trabalhadores do setor público. A proposta aprofunda o desmonte do serviço público ao prever cortes orçamentários, demissões baseadas em avaliações de desempenho e ampliação dos vínculos temporários e das terceirizações. Além disso, a proposta subordina as políticas públicas a interesses privados, amplia desigualdades entre servidores e servidoras, restringe a negociação coletiva, reduz salários e aposentadorias e intensifica o processo de privatização do Estado.

O Congresso não está preocupado com as necessidades do povo brasileiro, mas os servidores sim!



Diversos parlamentares estiveram presentes em apoio ao movimento, como Érika Kokay (PT-DF), Natália Bonavides (PT-RN), Professor Reginaldo Veras (PDT-DF), Alice Portugal (PCdoB-BA), Ana Pimentel (PT-MG), Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Glauber Braga (PSOL-RJ), Idilvan Alencar (PDT-CE), Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP), Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e o deputado distrital Fábio Felix (PSOL).

Uma enquête pública da Câmara dos Deputados mostrou que 96% dos mais de 60 mil participantes se declararam contrários à PEC 38/2025. A pressão social também levou nove deputados federais a pedirem, desde terça-feira (28), a retirada de suas assinaturas de apoio à proposta.

Apesar de essas retiradas não terem efeito prático imediato, já que o protocolo da PEC só é anulado com a desistência da maioria dos signatários, o movimento é visto como um indicativo das dificuldades de tramitação do texto no Congresso.

A Executiva Nacional do sindicato agradece a construção, presença e força do nosso coletivo. Seguiremos pressionando até que a PEC seja arquivada de vez e deixe de renascer com outros nomes. Por fim, ressaltamos que não aceitamos que o IBGE seja laboratório de precarização. O IBGE é peça fundamental do país e precisa ser fortalecido e respeitado.



174 Deputados Federais
Deputados(as)



212 Deputados Federais
Deputados(as)



126 Deputados Federais
Deputados(as)



Pressionar

Campanha CONTRA a Reforma Administrativa

O Congresso quer votar a PEC 38/2025, a “nova reforma administrativa”, e o golpe vem disfarçado de modernização. Na prática, essa proposta acaba com a estabilidade, abre espaço para perseguições políticas, precariza o serviço público e ataca direitos de quem trabalha para o povo.

Se essa PEC passar, qualquer governo poderá trocar servidores concursados por apadrinhados políticos, desmontando políticas públicas de saúde, educação, segurança e assistência social. É o fim do Estado que serve à população e o começo de um Estado a serviço dos interesses privados.

É hora de agir! NÃO à PEC 38/2025. Pressione os deputados e deputadas do seu estado para barrar esse retrocesso.

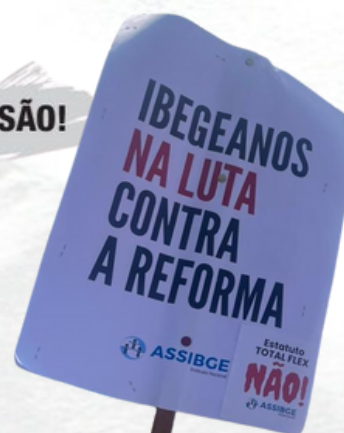
Clique no botão e envie sua mensagem direto para deputados e deputadas. Sem estabilidade, não há serviço público de qualidade. Sem serviço público, não há direitos!

*Siga os passos no site.

**PRESSIONE AGORA
E COMPARTILHE, CADA
PRESSÃO CONTA NESSA LUTA**



NA PRESSÃO!



Congresso Nacional ignora o povo brasileiro com proposta de Reforma Administrativa

A maioria do povo brasileiro sabe muito pouco sobre a proposta de Reforma Administrativa em curso no Congresso Nacional. De acordo com a pesquisa da Atlas Intel com o Instituto República, 56% dos brasileiros desconhecem totalmente ou conhecem muito pouco sobre o projeto que é prioridade do presidente da Câmara Hugo Motta, e que prevê mudanças constitucionais no funcionamento do estado brasileiro ao enfraquecer os serviços públicos, favorecer à corrupção e precarizar o trabalho dos servidores.

Desde que o Grupo de Trabalho sobre a Reforma Administrativa foi instaurado em maio deste ano no Congresso Nacional, o Fonasefe denuncia o atropelo da Casa Legislativa em relação à matéria. Foram apenas 45 dias de funcionamento do GT para discutir a Reforma Administrativa e, pior, sem nenhum diálogo com os principais alvos dessa reforma: servidores e a sociedade em geral que depende dos serviços públicos.

A pressa na discussão do GT não foi a mesma quando chegou o momento de publicar o relatório do GT. Conforme amplamente divulgado pela imprensa, o coordenador do GT, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), não apresentou o relatório após o encerramento do GT a pedido de Hugo Motta. O presidente da Câmara queria articular e barganhar com as bancadas de deputados nos bastidores, antes da divulgação, para angariar apoio ao seu projeto nada popular.

A promessa era que o relatório seria publicizado em agosto, mas só foi apresentado em outubro. Motta só conseguiu o número mínimo de assinaturas possíveis para a proposta entrar em tramitação. Mas nem esses apoios se mantiveram. 22 deputados, até o momento, retiraram suas assinaturas. Entre os motivos apontados pelos deputados, está a falta de análise mais profunda sobre a matéria diante do significativo impacto dessas mudanças na sociedade.

Motta contou que o conluio entre os deputados para votar mais uma medida antipovo fosse prevalecer, mas não contava com a resistência dos servidores.

Para reverter essa situação, os defensores da Reforma Administrativa intensificaram as propagandas mentirosas sobre o projeto. O objetivo é jogar a sociedade contra os servidores.

Para o Fonasefe, precisamos, do lado de cá, intensificar a pressão sobre os deputados e ampliar as mobilizações para garantir que toda a sociedade saiba que o objetivo da Reforma Administrativa não é modernizar para crescer a função social do Estado e nem mesmo proteger a economia do país, mas reduzir o Estado apenas no que diz respeito a seus investimentos sociais. O Congresso não está preocupado com as necessidades do povo brasileiro, mas os servidores sim! Vamos barrar de vez mais uma medida antipovo desse projeto.

NOVEMBRO NEGRO: Ser antirracista é também defender os serviços públicos

Os serviços públicos promovem equidade, corrigem injustiças históricas e garantem direitos sociais. Por tudo isso, não há luta antirracista sem a defesa intransigente dos serviços públicos.

O racismo estrutura a sociedade brasileira sendo, ainda hoje, responsável pela reprodução e agravamento das desigualdades sociais no Brasil. A população negra teve recursos e oportunidades roubados pela escravidão e pelo racismo pós-abolição. Realidade que impacta até hoje na vida de pretos e pardos.

O racismo se estrutura nas diferenças de oportunidade, de renda e de acesso a serviços essenciais.

Os serviços públicos são fundamentais para reduzir essa disparidade histórica, garantindo acesso universal à saúde, educação e saneamento básico. Ao mesmo tempo, implementam políticas públicas que visam a igualdade racial e garantia de direitos, englobando desde o sistema de cotas à política de moradia; de programas para juventude negra à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, por exemplo.

Nesse sentido, qualquer política que enfraquece os serviços públicos faz retroceder o combate ao racismo no nosso país. Barrar a Reforma Administrativa em curso no Congresso Nacional, portanto, é uma tarefa de todos e todas que são antirracistas! A luta antirracista é também uma luta em defesa dos serviços públicos.



ASSIBGE-SN participa de audiência pública e reforça denúncia contra a Reforma Administrativa

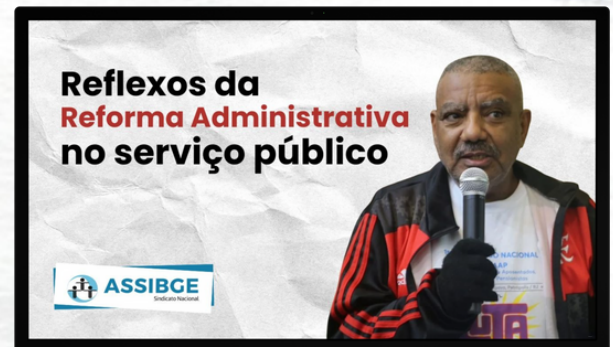
O diretor da ASSIBGE Sindicato Nacional, Paulo Lindesay, participou na tarde desta terça-feira, 25 de novembro de 2025, da audiência pública realizada às 16h30 no auditório Nereu Ramos, no Anexo II da Câmara dos Deputados, para denunciar os graves prejuízos da Reforma Administrativa em debate no Congresso.

A PEC nº 38/2025, apresentada pelo governo federal como uma modernização do serviço público, mas que, na prática, representa um profundo retrocesso. Durante sua intervenção, Paulo Lindesay ressaltou que a proposta não fortalece o Estado nem melhora a prestação de serviços à população. Ao contrário, fragiliza a estabilidade, amplia a rotatividade, reduz a autonomia técnica e abre caminho para práticas que o Brasil ainda luta para superar.

A PEC facilita o patrimonialismo, o apadrinhamento e a corrupção na administração pública, afirmou o diretor da ASSIBGE-SN, destacando que o texto desmonta mecanismos de proteção ao interesse público e favorece interferências políticas sobre o trabalho técnico impactos que atingem diretamente o IBGE e todos os órgãos essenciais do Estado.

Além disso, a Reforma Administrativa ameaça servidores e servidoras ao precarizar vínculos, diminuir investimentos, comprometer carreiras e enfraquecer a capacidade do Estado de garantir direitos, políticas públicas e atendimento qualificado à população.

A ASSIBGE-SN reafirma seu compromisso com a defesa do serviço público e dos trabalhadores e trabalhadoras do IBGE. É fundamental intensificar a pressão sobre os deputados e ampliar as mobilizações, garantindo que toda a sociedade compreenda que o objetivo da Reforma Administrativa não é modernizar o Estado, nem proteger a economia do país. O verdadeiro propósito é reduzir o Estado justamente onde ele é mais necessário: nos investimentos sociais e na garantia de direitos.



[clique aqui para assistir](#)

Motta insiste que a aprovação dessa Reforma seja o grande marco da sua presidência. Os servidores precisam seguir em alerta e ampliar as mobilizações. O próximo ano é eleitoral e temos memória, os deputados que mantiverem o seu apoio à Reforma Administrativa serão lembrados.

**28 deputados(as)
retiraram suas
assinaturas da PEC 38
graças à pressão popular**

A LUTA CONTINUA
assibge.org.br

FILIE-SE



FILIE-SE